

# Protagonismo juvenil e questão democrática

Augusto Vasconcelos\*

Uma discussão em torno da ambiência política relacionada ao tema da identidade juvenil faz-se necessária no debate contemporâneo sobre o protagonismo da juventude. Um bom caminho para esse debate é analisar o contexto relacionado às concepções do tema identidade, ainda que saibamos tratar-se de um debate em aberto.

Uma boa referência pode ser encontrada em Stuart Hall (2000:7), autor que trabalha o tema da ampliação das discussões sobre identidade na teoria social contemporânea. Para Hall as “velhas” identidades, que por muito tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, propiciando o surgimento de novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como sujeito unificado. Ao discorrer sobre o sujeito pós-moderno acentua:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. (...)

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e



Estudantes realizam manifestação em São Paulo

cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2000: 13).

Isso ocorreria, para Hall, em virtude de que nenhuma identidade singular, a exemplo da classe social, poderia alinhar todas as diferentes identidades em torno de uma identidade “mestra”, única, tendo em vista que as pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe. Hall cita como um dos responsáveis pelo descentramento do sujeito moderno os movimentos associados às manifestações de 1968, em especial o feminista, que abriu novos espaços de contestação política questionando a clássica distinção entre o privado e o público, e trazendo temas relacionados a família, sexualidade e divisão doméstica do trabalho.

No geral, cada um desses movimentos, a exemplo do feminista, apelava para a identidade social de seus sustentadores. Criava-se assim a chamada “política de identidade”, que introduz os elementos de diferença, politiza a subjetividade e cria novos espaços de identificação coletiva (HALL, 2000: 45).

Ainda que essa hipótese precise ser melhor testada, a fim de que não cometamos erros de análise, cabe notar que os jovens foram protagonistas das transformações conceituais e políticas operadas com a diversificação das identidades, mesmo que à época não tivessem ganhado proeminência as demandas específicas do “estar” ou “ser” jovem, as quais foram absorvidas ou diluídas em diversos movimentos. Intriga-nos esse fato, que a nosso ver induz à reflexão sobre a possibilidade de que as diversas identidades poderiam, sim, pro-

Para Hall as “velhas” identidades, que por muito tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, propiciando o surgimento de novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como sujeito unificado.

picar pontos de unidade, permitindo o envolvimento de amplas parcelas do povo em questões mais gerais e de sentido comum.

### **A terminologia “protagonismo juvenil”**

Tornado referência nos debates sobre políticas de juventude, o termo “protagonismo juvenil” apresenta caráter profundamente polissêmico. Isso permitiu a utilização dessa noção em diversos sentidos, entrelaçados a uma série de conceitos relacionados à qualificação da democracia, conferindo-lhes características geracionais. O termo também sugere auto-estima, busca por pertencimento, afirmação de cidadania.

O risco dessa terminologia é o de resvalar na idéia de que os jovens, na busca de sua autonomia, seriam os únicos responsáveis por trilhar os caminhos a serem perseguidos em suas vidas, desconsiderando-se assim os limites impostos pelas condições sociais. Ao aceitar esse pressuposto corre-se o risco de abrir espaço para a desresponsabilização gradativa do Estado e da sociedade para com as trajetórias juvenis, tendo em vista que prevaleceria, nesse caso, o entendimento da emancipação do jovem como algo dependente apenas dele próprio.

Por outro lado, protagonizar pressupõe agir como sujeito que intervém na realidade e sugere transformações, o que pode evitar o desânimo e o menosprezo e impulsionar a partilha de experiências, a construção do respeito e da auto-estima e a gratificação pelo reconhecimento social. Ao analisar algumas experiências de projetos com jovens em situação de pobreza, Castro, Abramovay, Rua e Andrade (2001: 519 - 520) afirmam:

O protagonismo juvenil é um conceito de referência ampla nos discursos dos entrevistados, indicando plasticidade de sentidos e uma comum preocupação com que o jovem assuma projetos, dê direção às suas vidas. Protagonismo juvenil, para muitos projetos, se relacionaria ao direito à gerência da sua própria vida; para outros, se associaria à formação de lideranças, enquanto outros o relacionam ao exercício da criatividade e à comunicação intrageracional - por exemplo, ao assumir responsabilidade com outros jovens - ou intergeracional - caso da formação de agentes educadores junto a crianças. Se em alguns projetos a noção de protagonismo juvenil se vincula à de identidade, outros a modelam por produção de sujeitos sociais e culturais, para descobertas e construção de um projeto de vida. Solidariedade e responsabilidade social seriam, para muitos, construtos de protagonismo juvenil.

Para Costa (2000: 176), protagonismo juvenil refere-se à participação em atividades que extrapolam o âmbito dos interesses individuais e familiares, tendo como espaço a escola, a vida comunitária (igrejas, clubes, associações) e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio-comunitário. Ao mesmo tempo, o conceito parece apostar em que a quantidade e a qualidade das oportunidades de participação na resolução de situações reais postas ao alcance dos adolescentes influenciam de maneira decisiva nos níveis de autonomia e de autodeterminação que eles serão capazes de alcançar na vida familiar, profissional e cívica, quando atingida a idade adulta.

### **Entrelaçando protagonismo e direito à participação**

A partir de visões distintas, discute-se na literatura qual o lugar do jovem na construção das políticas de Estado ao longo das últimas décadas na América Latina<sup>1</sup>. As ênfases podem ser no controle da juventude, visando à contenção da mobilização social; nos jovens vitimizados por situações vulnerabilizantes, ou, mais recentemente, nos jovens concebidos como sujeitos de direitos. No entanto, essas abordagens relacionadas ao lugar do jovem nas políticas públicas não necessariamente o colocam no centro das estratégias de construção do Estado Nacional.

<sup>1</sup> Cf. debate sobre esses enfoques em UNESCO, 2004; RODRIGUEZ, 2000, e ABAD, 2003, entre outros.

Em nosso país, o direito constitucional à participação ainda necessita, sem dúvida alguma, de uma série de ajustes para sua plena efetivação. No entanto, as iniciativas relacionadas à ampliação da participação popular no trato da coisa pública deram passos significativos, inclusive porque a Constituição Federal de 1988 ajudou a impulsioná-las, adotando-as como preceito normativo importante para a conformação da República.

Paulo Bonavides (2003: 345) chega a afirmar que, ao facilitarem o acesso às tomadas de decisão, o desenvolvimento tecnológico e a expansão dos meios eletrônicos derrubam um dos principais argumentos contrários ao exercício da democracia direta - o de sua impossibilidade prática. No entanto, para alcançar a democracia participativa ainda se faz necessária a repolitização da legitimidade, visto que o Estado liberal-burguês colocou-a em patamar de neutralidade axiológica, como se isso fosse possível.

A legitimidade formal, despolitizada, posta em bases procedimentais, desmembrada de seus conteúdos valorativos, se encaixa bem nos desígnios subjacentes aos interesses neoliberais, por servir-lhes de couraça, de antemuro, de escudo às suas posições contra-ideológicas, de suposta e falsa neutralidade (BONAVIDES, 2003:34)

A formatação de políticas públicas em uma perspectiva “de/para/com os jovens” (Castro e Abramovay, 2003 e UNESCO, 2004) pode colaborar nesse sentido. Isso à medida que, com tal perspectiva, advoga-se tanto a importância do Estado e do re-



Estudantes e jovens artistas participam de passeata cultural no Rio de Janeiro

conhecimento da multiplicidade e diversidade juvenil quanto a idéia de que devemos ter os jovens como agentes quer da elaboração, quer do acompanhamento e controle das políticas públicas direcionadas para os jovens - o que pede investimentos em formação participativa, bem como instrumentos para subsidiar a elaboração e controle das políticas públicas, além da conjugação de políticas universais às que considerem as singularidades dessa geração. Vale dizer que essa perspectiva diferencia-se da apresentada pelo Banco Mundial, a qual aponta o jovem como cliente das políticas públicas, desconsiderando a importância estratégica desse segmento para o próprio desenvolvimento do Estado. Senão vejamos:

O exercício da voz ou poder do cliente pode ser de alto valor para garantir qualidade. Governos deveriam estar abertos à consulta e retorno dos jovens sobre o desenho e implementação de políticas que o afetam (Banco Mundial, 2007:219. APUD CASTRO, 2007: 8).

O Banco Mundial entende que a participação juvenil constitui uma dimensão relacionada aos sentimentos de pertença e auto-estima, o que traz certo nível de reconhecimento. Avalia dessa forma que muitos jovens se associam a “gangues” como forma de superar uma identidade fragmentada com algo considerado mais transcendente e superior (CASTRO, 2007:4). Ao citar trechos do documento do Banco Mundial, Castro (2007:6) postula que:

Com tal raciocínio se advoga que o Estado, ao ‘não estimular ou reprimir identidades juvenis’ ou ‘não garantir a satisfação de necessidades, os jovens se recolhem em identificações alternativas, idiomas próprios’, assim como colaboraria com a ‘identificação com anti-heróis e terroristas’ (Banco Mundial 2007: 173). Cita-se o caso de descendentes de imigrantes norte-africanos na França, que seriam marginalizados e que falam uma linguagem contra-cultural, o verlan,

desenvolvida nos bairros de periferia altamente politizados.

Assim, o debate em torno da participação ganha contornos de oportunidade para o exercício da cidadania, em especial por conta da capacidade de sedimentar uma cultura coletiva na tomada de decisões, o que se pode relacionar diretamente à melhoria da qualidade dos serviços do Estado, aproximando estes da vontade popular. A participação de massas vem precedido pela conquista de direitos. No dizer de Marcos Nobre (2004), o estabelecimento de direitos e a criação de uma cultura política democrática estão na base da construção do Estado de Bem-Estar Social.

Todavia, em determinado momento histórico, ao atribuir ao Estado a obrigação pela implementação de políticas, o cidadão se tornou cliente do Estado e passou a ser objeto de uma ação paternalista em que se substituiu a participação deste na vida pública pela decisão técnica da burocracia estatal, onde o único momento de intervenção do cidadão é a hora do voto.

A conquista de novos espaços de participação e deliberação no pós-ditadura militar teve como contrapartida a tradução das reivindicações em formas concretas de institucionalização. Surgem novos tipos de direitos, que apontam para um novo modelo de cidadania. Nele, a promoção da igualdade ocorre em conjunto com a promoção de um/uma cidadão/cidadã que já não são meros clientes do Estado, mas sujeitos capazes de engendrar novas formas de participação nas decisões. ❶

---

\***AUGUSTO VASCONCELOS** é advogado e professor universitário, mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSal, pós-graduado em Direito do Estado pela UFBA, aluno especial do Doutorado em Ciências Sociais pela UFBA, membro do Conselho Nacional de Juventude, integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes e Identidades (NPEJI/CNPq).

---



---

### **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:**

---

ABAD, Miguel. "Las políticas de juventud en Colombia". In: LEON, Oscar Dávila (org.). *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. CIDPA: Viña del Mar, 2003.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria constitucional da democracia participativa*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

CASTRO, Mary Garcia (coord); ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças & ANDRADE, Eliane Ribeiro. *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CASTRO, Mary Garcia & ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventude*. Brasília: UNESCO, 2003.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

NOBRE, Marcos. "Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução". In: COELHO, Vera Schattan P. & NOBRE, Marcos (orgs.). *Participação e deliberação*. São Paulo: editora 34, 2004.

RODRIGUEZ, Ernesto. *Consolidando alianças estratégicas: fortalecimiento institucional y cooperacion regional em políticas de juventud em América Latina*. Madrid: OIJ, 2000.

UNESCO. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília, 2004.

World Development Report 2007. *Development and the Next Generation* (extratos / tradução livre). Mimeografado. Washington: The World Bank, 2007.